



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 112/2014

Brasília, 9 de junho de 2014

Às seções sindicais, secretarias regionais e aos diretores do ANDES-SN

Companheiros,

Estamos encaminhando o relatório da reunião do Setor dos Docentes das IFES, realizada em Brasília, no dia 7 de junho do corrente ano.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Almir Serra Martins Menezes Filho
2º Tesoureiro



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES BRASÍLIA/DF, 7 de junho de 2014

Salão do Hotel St. Paul, Brasília-DF

Horário: Início dia 7h às 9h
Término dia 7h às 18h30

Presentes: 7 diretores e 60 representantes de 39 seções sindicais, totalizando 67 presentes (**ANEXO 1**).

Pauta:

1. Informes da Diretoria;
2. Informes das Seções Sindicais;
3. Greve nacional dos docentes das IFES por tempo indeterminado – Data para a deflagração da greve;
4. Outros assuntos;
5. Encaminhamentos.

Documentos distribuídos:

- 1- Convocação da reunião;
- 2- Manifesto do ANDES-SN, da FASUBRA e do SINASEFE “Em defesa da educação pública e pela abertura imediata de negociação”;
- 3- Carta do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais à Presidenta Dilma Russel em 29 de maio de 2014;
- 4- InformANDES – Informativo Especial Setor das IFES de maio de 2014;

I. Informes da Diretoria

- 1-Reunião da Diretoria do ANDES-SN durante este final de semana prepara o Caderno de Textos do 59º CONAD;
- 2-Cobranças feitas à Sesu/Mec sobre confirmação da reunião sinalizada pelo secretário para os dias 2 ou 3 de junho;
- 3-Preparação do ato do dia 12 de junho;
- 4-Greve dos metroviários paulistas.

5- Informes das seções sindicais (ANEXO 2). Informes da FASUBRA, do SINASEFE

Representantes da FASUBRA e do SINASEFE estiveram presentes na reunião apresentando informes a respeito da mobilização e da greve nestas entidades.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

III. Greve nacional dos docentes das IFE por tempo indeterminado – Data para a deflagração da greve;

O ponto da pauta foi iniciado com uma contextualização feita por Luiz Henrique Schuch, em nome da coordenação. Na sequência foram atendidas as inscrições para debate e apresentação das propostas de encaminhamentos. As deliberações constam no último item desse relatório.

IV. Outros assuntos

Foram aprovadas por unanimidade as seguintes moções: apoio às universidades estaduais paulistas; apoio à luta dos docentes da UENF; repúdio ao parecer da CAPES (anexo 3).

V. Encaminhamentos

A) Indicativo de Greve Nacional dos docentes por tempo indeterminado em junho:

O Setor das IFES reunido no dia 7 de junho avaliou que, apesar do crescimento da mobilização, não está configurado quadro para deflagração da greve nacional dos docentes das IFE por tempo indeterminado no mês de junho. Ficou destacado que o movimento nacional é solidário com as seções sindicais que já deflagraram ou estão em processo de deflagração de greve local em decorrência da precarização das condições de trabalho.

A votação sobre acolhimento ao indicativo de greve nacional dos docentes por tempo indeterminado para o mês de junho foi realizada por votação nominal, com o seguinte resultado:

Favoráveis - 9 seções sindicais:

SINDUNIFESSPA; SINDUFAP; APRUMA; SINDCEFET-PI; ADUFERSA; ADUFERPE; ADUFS; APUR SEÇÃO SINDICAL; ADCAJ.

Contrários - 26 seções sindicais:

ADUFAC; SESDUF-RR; ADUFPA; ADUFPI; ADUFPB; ADUFCEG; ADCAC; SESDUFT; ADUFDOURADOS; SINDCEFET-MG; ADUFU; APES-JF; ASPUV; ADUFLA; ADUFOP; ADUFES; ADUFRJ; ADUNI-RIO; ADCEFET-RJ; ADUFF; ADUR-RJ; ADUNIFESP; APUFPR; SINDUTF-PR; ADUFPel; SEDUFSM.

Abstencões – 3 seções sindicais:

ADLESTE; ADFUNREI; SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC

B) Luta pela negociação da pauta específica dos docentes e da pauta unificada dos SPF;

- manter a base informada e mobilizada;

- insistir com o agendamento da sequência de reuniões com o MEC sobre a pauta específica dos docentes;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- insistir que a Presidência da República receba o Fórum das entidades dos SPF no sentido de forçar o MPOG a negociar;
 - organizar ações de protesto, articulando com as demais categorias, sempre que houver visita de autoridades federais ligadas à educação, exigindo negociação da nossa pauta;
 - que o ANDES-SN promova uma ação nacional denunciando os critérios produtivistas que estão sendo utilizados nas resoluções sobre a progressão na carreira em todas as IFE.
- C) Atuação dos docentes das IFES nos movimentos gerais da classe trabalhadora previstos para o próximo período;
- indicar às seções sindicais que participem da organização dos eventos programados no período da Copa, dentre eles os da Campanha Na Copa Vai Ter Luta, em todos os Estados e reafirmar que mobilizem os docentes para participar dos eventos de caráter nacional;
- D) Encontro Nacional de Educação;
- Ampliar a atuação das seções sindicais na construção dos Encontros Preparatórios locais, regionais e estaduais ao Encontro Nacional de Educação, previsto para o início de agosto 8, 9 e 10 no Rio de Janeiro;
- E) Luta junto às reitorias para negociação das pautas locais, em especial sobre as condições de trabalho e estudo;
- indicar às seções sindicais que programem uma agenda de atividades em cada IFE, articuladas com as demais categorias, para exigir negociação com as reitorias a respeito da pauta local;
 - Produzir e divulgar materiais que deem visibilidade às condições de trabalho no âmbito nacional dando prioridade: a) os elementos das pautas locais e suas repercussões no âmbito nacional; b) a desestruturação da carreira e a precarização dos salários; c) a greve como instrumento de luta.
 - Dar continuidade à luta contra EBSE e FUNPRESP
- F) Desencadear um movimento nacional de ações solidárias às greves locais deflagradas pelas seções sindicais do ANDES-SN e demais categorias da educação;
- Enviar moções de apoio da Reunião do Setor e das Seções Sindicais;
 - Destacar nos meios de comunicação do ANDES-SN e das seções sindicais, notícia sobre o andamento desses movimentos;
 - desenvolver ações de solidariedade as greves do SINASEFE e FASUBRA.
- G) Próxima reunião do Setor das IFES ficou sinalizada para ocorrer nos dias 26 e 27 de julho.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO 1

SEÇÕES SINDICAIS PRESENTES

Dia 7 de junho – MANHÃ e TARDE

Diretoria: Marina Barbosa Pinto, Luiz Henrique Schuch, Josevaldo Pessoa da Cunha, Antônio Gonçalves, Antônio Libério, Fernando Lacerda Júnior, Carlos Alberto Pires.

Seções Sindicais: ADUFAC (Gilberto Francisco Alves de Melo); SESDUF-RR (Adriano Melo Medeiros); ADUFPA (Vera Lúcia Jacob Chaves e Suelene Leite Pavão); SINDUNIFESSPA (Wanderley Padilha); SINDUFAP (Yurgel P. Caldas); APRUMA (Cláudio A. de Souza); ADUFPI (Jefferson Cruz dos Santos e Alexis Leite); SINDCEFET-PI (Gilcelene de Brito Ribeiro); ADUFERSA (Joaquim Pinheiro de Araújo); ADUFPB (Clodoaldo da Silveira Costa e Fernando José de Paiva Cunha); ADUFCG (Gonzalo Adrián Rojas e José Irelanio Ataíde); ADUFERPE (Levy Paes Barreto); ADUFAL (Henrique José Praxedes Cahet e Ricardo Coelho de Barros); ADUFS (Brancilene Santos de Araújo, Jailton de Jesus Costa e Airtton Paula Souza); APUR SEÇÃO SINDICAL (Antonio Eduardo Alves de Oliveira); ADCAC (Andreia Cristina Peixoto Ferreira); ADCAJ (Helga Maria Martins de Paula e Ashjan Sadique Adi); SESDUFT (Paulo Fernando Martins); ADUFDOURADOS (Jones D. Goettert); ADLESTE (Vitor Wagner Oliveira); SINDCEFET-MG (Benedito de Jesus Magalhães, Trícia Zapula Rodrigues e Suzana Maria Zatti Lima); ADUFU (Paulo C. P. de Andrade e Jorgetania da Silva); APES-JF (Paulo Cesar de Souza Ignacio, Amanda Chaves Pinheiro e Marcos Vinícius Leite); ASPUV (Fernando Pinheiro Reis e Henrique Maria Rodrigues); ADUFLA (José Tarcísio Lima); ADUFOP (Luis A. R. Seixas); ADFUNREI (Sandra B. Silva Rocha e Pablo Luiz Martins); ADUFES (Mauri de Carvalho); ADUFRJ (Cláudio Rezende Ribeiro); ADUNI-RIO (Viviane Becker Narvaes e Janaina Bilate); ADCEFET-RJ (Alberto Jorge Silva de Lima e Adriana Doyle Portugal); ADUFF (Isabella Vitoria C. P. Pedroso, Sônia Lúcio e Wanderson Fábio de Melo); ADUR-RJ (Heitor Fernandes Mothé Filho); ADUNIFESP (Raul Bonne Hernández); SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC (Bartira C. S. Grandi), APUFPR (Adriana Hessel Dalagassa); SINDUTF-PR (Ivo Pereira de Queiroz e Thiago Gilberto do Prado); ADUFPel (Daniela Stevanin Hoffmann e Henrique A. F. Mendonça); SEDUFSM (Suze Scalcon).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO 2

Informes das Seções Sindicais

1- ADUFAC

Informes prestados por: Gilberto Francisco Alves de Melo

Os professores da Universidade Federal do Acre reunidos em Assembleia Geral da categoria realizada no dia 04 de junho, pela manhã no Campus de Cruzeiro do Sul com 6 participantes e, à tarde no Campus-sede em Rio Branco com 89 após ampla discussão deliberou sobre a proposta apresentada por parte da Diretoria em cumprimento à deliberação do Setor das IFES, fora derrotada por 44 votos contra e 33 votos a favor do indicativo de greve para o mês de junho e 18 abstenções; sendo 44 votos contra e 33 votos a favor do indicativo de greve para o mês de junho.

A deliberação da Assembleia é pelo não encaminhamento do indicativo de greve, com a continuidade da construção das mobilizações, aprofundando a discussão com o conjunto dos professores, servidores técnico-administrativos, estudantes e a sociedade em geral, tendo como elemento central as questões que dizem respeito às condições de trabalho devido a má gestão e o autoritarismo do reitor da UFAC em decidir sobre a aplicação de vultosas somas de recursos públicos no interior de nossa Universidade

Como parte do processo de mobilização foram aprovados outros encaminhamentos:

- Realizar discussão, fazendo registros dos problemas internos da UFAC (com descrições dos fatos, mobilizações, fotos, vídeos e elaboração de dossiê) relacionadas às questões que dizem respeito às condições de trabalho, a má gestão e o ataque a autonomia da Instituição, e arbitrariedade praticada pelo reitor da UFAC sobre a aplicação de recursos públicos no interior de nossa Universidade, sem haver deliberação nos órgãos superiores responsáveis.

- Fazer denúncia pública ao ministério público federal, através da assessoria jurídica da Adufac, para exigir dos órgãos responsáveis (IBAMA, IMAC, SEMA, Ministério do Trabalho e demais órgãos responsáveis) que fiscalizem as obras e seus impactos ambientais, as condições de trabalho dos operários terceirizados, entre outros problemas a ser levantados no Campus da UFAC.

- Dar visibilidade aos elementos identificados no dossiê local sobre as condições de trabalho dentro e fora das universidades, elaborando matérias e boletins para dialogar com a sociedade e mobilizar a nossa categoria, com indicativo de paralisação local, em data a ser definida pela diretoria da ADUFAC

2- SESDUF-RR

Informes prestados por: Adriano Melo Medeiros

Em Assembleia realizada no dia /6/2014 não foi aprovado o indicativo de greve com 40 votos contrários, 21 favoráveis e 5 abstenções. Foi aprovada a intensificação das



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

mobilizações locais contra. O ponto eletrônico; O Encaminhamento do Plano de Trabalho Docente aprovado no CEPE para ser apreciado no CUNI; o processo como tem se dado a alteração do Estatuto da UFRR e a proposta apresentada pela comissão responsável. Foi aprovada a mobilização por criação de uma estatuinte.

3- ADUFPA

Informes prestados por: Vera Jacob

Data da AG: 04/06

Presentes: 52 professores

Votações:

Sobre a GREVE:

Preliminar: Favor da greve - ampla maioria com apenas 4 votos contra a greve

SOBRE DATA:

- 1) Deflagração da greve para o dia 10 de junho – foram computados 9 votos favoráveis e a ampla maioria contrária;
- 2) manutenção do indicativo de greve sem data e não iniciar o segundo semestre em agosto – aprovada por ampla maioria.

Paralisação nos dias 10, 11 e 12 de junho – a proposta foi aprovada por ampla maioria, sendo registrado 4 abstenções.

Resolução sobre Progressão Docente: que a ADUFPA elabore uma proposta de Resolução exclusivamente para a progressão dos professores à classe de titular (pois as demais classes não sofreram alteração na carreira e, portanto, não precisa ter resolução específica para as outras classes da carreira) a ser encaminhada a todas as unidades da UFPA para discussão e que não seja inserida avaliação de discente e nem planilha de pontuação. A proposta foi aprovada por unanimidade.

4- SINDUFAP – SEÇÃO SINDICAL

Informes prestados por: Yurgel P. Caldas

Realizada Assembleia Geral no dia 04/06/14, com pauta sobre a deflagração da greve docente com definição de data. Estiveram presentes 35 docentes sindicalizados. Após avaliação nacional dos SPF e dos informes da última reunião do setor das IFES, procedeu-se a discussão da base.

Em votação, obteve-se o seguinte resultado: 31 a favor do indicativo de greve sem data definida; 2 contrários, 2 abstenções.

5- APRUMA

Informes prestados por: Claudio Anselmo de Souza Mendonça

A assembleia ocorrida em 4 de junho de 2014, às 17h, no campus do Bacanga/UFMA, com 59 presentes, foi apresentado pela diretoria o encaminhamento da última reunião do Setor das Federais e da última assembleia nossa, que já havia decidido pela Greve.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Dessa forma foram apresentadas três propostas: (1) Greve para o dia 10 de junho; (2) Greve a partir da resposta do Setor das Federais e (3) Greve para o início do próximo semestre, em julho. Em votação, a proposta (1) teve 47 votos; a proposta (2) 8 votos e a proposta (3) 2 votos, com 2 abstenções.

6- ADUFPI

Informes prestados por: Jefferson Cruz dos Santos

Assembleia realizada em 27 de maio votara contra indicativo de greve. Para não repetir simplesmente a pergunta sugerida pelo ANDES-SN a ENTIDADE promoveu e gerou condições para que houvesse uma consulta em cada Campus e Unidade de Ensino, porém com a condição de a mesma ser confirmada por uma assembleia. A consulta aconteceu das 9h às 20h, no dia 4 de junho de 2014 e teve o seguinte resultado: dos 374 associados que participaram da consulta sobre a “deflagração da greve por tempo indeterminado”, 103 votaram a favor (27,54%), 268 votaram contra (71,66%), 2 votaram em branco (0,53%), e 1 votou nulo (0,27%). Na assembleia realizada no dia 05 de junho, após longa lista de intervenções, foi solicitado que não se considerasse a consulta. Posto em votação, a consulta permaneceu na pauta e, em seguida, foi ratificado o seu resultado. Portanto, a nossa decisão é a da consulta: contra a deflagração da greve. Ressaltamos que o campus Parnaíba se recusou a fazer a consulta. Há farta discussão e opiniões no facebook/adufpi.

7- SINDICEFET-PI

Informes prestados por: Gilcelene de Brito Ribeiro

Realizamos Assembleia Geral no dia 3 de junho, com 47 presentes. Foram realizadas duas votações: na primeira, a manutenção do indicativo de greve venceu por 40 votos, contadas 4 abstenções; a segunda votação confrontou duas propostas de datas: a proposta do dia 10 de junho obteve 24 votos; a proposta do dia 12 de junho obteve 17 votos, sendo registradas duas abstenções.

O SIINDIFPI fez algumas visitas aos campi do interior, para orientar os docentes sobre a resistência à implantação do ponto eletrônico. Em diversos campi os professores estão organizados em torno da recusa desse instrumento ilegal de controle, elaborando documentos e os entregando para os respectivos diretores gerais. Paralelamente, acompanhamos a ação judicial contra o ponto eletrônico.

A Assembleia aprovou ainda duas moções de apoio. A primeira moção direciona-se aos trabalhadores técnico-administrativos da UFPI, em greve organizada pelo SINTUFPI e FASUBRA desde o dia 17 de março. A segunda moção de apoio direciona-se à ADUFC Sindicato, por sua desfiliação do PROIFES, deliberada em Assembleia Geral no dia 14 de maio de 2014.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

8- ADUFERSA

Informes prestados por: Joaquim Pinheiro

Na assembleia geral da ADFERSA, dia 05 de junho, com a presença de mais 100 docentes foi deliberado, por ampla maioria, o dia 12 de junho (quinta-feira) para a possível greve nacional dos docentes. Posição essa que foi encaminhada para a reunião de 07 de junho pelo prof. Joaquim Pinheiro que participa da reunião do setor das IFES em Brasília. Outro ponto dessa assembleia foi a discussão e aprovação de uma moção de apoio aos docentes da UFC que, em Assembleia, aprovaram a desfiliação ao PROIFES.

Também definiu uma próxima assembleia para o dia 11 de junho (quarta-feira) para, a partir das deliberações da reunião do setor das IFES acima citada, discutir os próximos passos para a permanência das lutas dos docentes.

9- ADUFPB

Informes prestados por: Fernando José de Paiva Cunha

PROFESSORES DA UFPB REJEITAM GREVE

Os professores da UFPB votaram contra o início de uma greve nacional da categoria. Reunidos em assembleia geral na quinta e na sexta-feira (27 e 28 de maio), eles rejeitaram a proposta do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES – Sindicato Nacional, que aprovou no último fim de semana a proposta de submeter às assembleias de base uma consulta de indicativo de greve nacional docente em todo o País.

No total, 407 professores participaram das assembleias na Paraíba, sendo 31 na de Areia, 45 na de Bananeiras (ambas realizadas na terça-feira) e 331 na de João Pessoa (realizada nesta quarta-feira, também com a presença dos professores do campus IV – Litoral Norte).

A posição contrária à deflagração de uma greve docente venceu com 260 votos, contra 108 favoráveis. Confira abaixo como ficou a votação por campus.

Deve ou não haver greve docente? (Areia + Bananeiras + João Pessoa)- Sim: 108

- Não: 260

RESULTADO POR CAMPUS

Bananeiras Proposta: indicativo de greve - Sim – 15 - Não – 16

Areia Primeira votação Proposta: indicativo de greve - Sim – 17 - Não – 8 -
Abstenções – 2 Segunda votação Proposta: indicativo de greve com data ou sem data -
Indicativo de greve COM DATA – 17 - Indicativo de greve SEM DATA – 8

- Abstenções – 2 Terceira votação Proposta: 18 de junho como data para deflagração da greve nacional docente - Sim – 12 - Não – 0 - Abstenções – 5 João Pessoa

Deve ou não haver greve docente? - Sim: 76 - Não: 236 - Abstenções: 3



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Fundo de greve em João Pessoa, os professores decidiram também aprovar a criação de um fundo de greve. No total, 34 presentes foram favoráveis à proposta, um se apresentou contra e cinco se abstiveram.

A próxima rodada de assembleias ficou marcada para os dias 10 (Areia e Bananeiras) e 11 de junho (João Pessoa).

Conselho de Representantes

Entre os informes, o professor Alexandre Náder, coordenador do Conselho de Representantes da ADUFPB, anunciou que a próxima reunião do CR será realizada no dia 3 de junho (terça-feira). “A convocação é para os conselheiros, mas todos os interessados podem assistir. O ponto de pauta central é a campanha de sindicalização a ser realizada em todos os centros da UFPB”, afirmou.

Participação dos estudantes

Em João Pessoa, a assembleia foi marcada por um acalorado debate, com a participação também dos estudantes. O auditório do curso de Fonoaudiologia ficou lotado. Professores e alunos denunciaram a precarização do ensino na universidade, salas de aula e laboratórios com problemas de infiltração, falta de equipamentos, prédios com estrutura comprometida, superlotação nas salas de aula.

Representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) deram informes sobre a mobilização dos alunos no CCHLA (Centro de Ciências Humanas e Letras) por conta dos problemas de infraestrutura. Eles reclamam, por exemplo, que a biblioteca setorial já foi terminada, mas ainda não inaugurada. Para discutir esses problemas, os estudantes do CCHLA vão realizar uma assembleia no dia 4 de junho.

Reunião do Setor das Ifes

O professor Romildo Fernandes, vice-presidente da ADUFPB, deu os informes sobre a reunião do Setor das Ifes do ANDES, realizada no último fim de semana (24 e 25 de maio). O evento contou com a participação de oito diretores do Sindicato Nacional e de 50 representantes de 36 seções sindicais.

Vale ressaltar que, de todas as entidades que participaram da reunião, a ADUFPB foi a que registrou maior número de presentes na última assembleia para definir os rumos do movimento. No total, 255 professores participaram das reuniões realizadas nos campi de Bananeiras em Areia nos dias 22 e 23 de maio.

O Setor das Ifes decidiu por intensificar a mobilização e indicou a deflagração de greve por tempo indeterminado para o mês de junho. Os docentes presentes na reunião aprovaram ainda a realização de nova rodada de assembleias gerais até o dia 6 de junho, incluindo na pauta “data para deflagração da greve”. Na UFPB, os docentes decidiram nesta quarta-feira rejeitar essa proposta.

A reunião em Brasília também aprovou a convocação de um novo encontro, também na Capital Federal, no dia 7 de junho, para deliberar sobre a “data para deflagração da greve”, com base nas manifestações das assembleias gerais.

Segundo o professor Romildo Fernandes, o primeiro ponto de discussão foi o resultado das rodadas de assembleias realizadas nos estados na última semana. “E constatou-se um grau de desigualdade no processo de mobilização das diversas



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

entidades”, afirmou. Um dos problemas é a diferença nos calendários letivos das universidades. “Após a greve de 2012, o calendário apresenta diversas datas de início e de término de semestre”, afirma.

Um caso particular é o do Rio de Janeiro. Segundo Romildo Fernandes, lá o Governo decretou férias por dois meses durante o período da Copa do Mundo. “As aulas devem terminar próxima semana e só retornar em agosto”.

Outra situação é a da Universidade Federal de Pernambuco, que não realizou assembleia, porque, na data marcada, o Estado entrou em situação de alerta por causa da greve da Polícia Civil. Romildo Fernandes explica que esse processo desigual tem provocado insegurança sobre o movimento docente.

Sesu/MEC

O vice-presidente da ADUFPB revelou que, durante a reunião do Setor das Ifes, a presidente do ANDES, Marinalva Oliveira, recebeu um telefonema da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) propondo marcar uma reunião de negociação, já que a do dia 21 havia sido cancelada pelo próprio Sesu.

Marinalva apresentou como sugestão os dias 2 ou 3 de junho, mas o representante da Sesu ficou de confirmar a data para reabertura da mesa.

A reunião que deveria ter acontecido no dia 21 – agendada aproximadamente um mês antes – foi cancelada pela Sesu devido a viagem do secretário Paulo Speller. Entretanto, no dia 22, o próprio Speller se reuniu com representantes do Proifes, sindicato sem representatividade que assinou acordo com o MEC durante a greve de 2012 sem a aprovação da maioria da categoria.

Depois, houve ainda uma reunião com a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), que reúne os reitores das universidades do País. “Ou seja, ele cancelou a nossa reunião, mas chamou essas outras duas entidades para conversar. Na avaliação do Setor das Ifes, parece claro que a tática é repetir o que foi feito anteriormente: congelada as negociações com o ANDES e colocar novas propostas em pauta”.

Avaliação da diretoria

O presidente da ADUFPB, Jaldes Reis de Meneses, apresentou os informes da reunião da Diretoria Executiva do Sindicato, realizada na última segunda-feira (26/5). Ele lembrou que, no Governo Dilma, aconteceu um aumento grande no número de professor, principalmente os da carreira EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) e há uma insatisfação crescente sobre as condições de trabalho.

“É falso o argumento de que o sistema está consolidado. O sistema vive um impasse profundo que vai se mostrar ainda mais nos próximos meses e nos próximos anos”, afirmou. De acordo com ele, esse quadro se junta a uma crise que começa a despontar em todo o ensino superior brasileiro e não somente nas universidades federais. Há um impasse no financiamento das universidades públicas, mas também nas instituições privadas.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Além disso, o plano de carreira dos professores federais, que foi resultado da greve de 2012, possui distorções profundas. “E é em função dessas distorções que o ANDES vem procurado negociar com o Sisu”, explica Jaldes Meneses.

O ANDES apresentou ao MEC três questões: a definição de degraus para a carreira, que hoje são aleatórios e produziram distorções; uma nova composição de salário, com piso e teto, e o debate sobre a autonomia universitária.

Segundo Jaldes, as assembleias vêm sendo muito proveitosas na discussão dessas questões. “As últimas rodadas de assembleias da ADUFPB têm sido as maiores do País. E os debates estão sendo sempre acalorados e têm que ser assim, porque o debate fortalece a nossa entidade”, declarou

10- ADUFCG

Informes prestados por: José Irelanio Leite de Ataíde (Presidente ADUFCG);
Gonzalo A. Rojas (base ADUFCG)

Os professores da UFCG realizaram assembleia na quarta-feira 04 de junho, com assembleias simultânea nos campi de Campina Grande, Sumé, Cuité e Pombal. Em relação a proposta de indicativo de greve do total dos 201 professores que participaram. 82 docentes votaram contra e 78 foram favoráveis. Em Campina Grande a assembleia se posicionou contrária ao indicativo, com 59 votos contra, 35 favoráveis e sem abstenções. Em Pombal, 21 docentes foram favoráveis ao indicativo, 05 contra e uma abstenção. Em Cuité, 19 favoráveis ao indicativo, 09 contra e uma abstenção. Em Sumé 09 foram contrários, 03 favoráveis e 02 se abstiveram.

QUADRO DE POSICIONAMENTO DA CATEGORIA SOBRE PROPOSTA DE INDICATIVO DE GREVE

	Campina Grande	Sumé	Cuité	Pombal	Total
FAVORÁVEIS	35	03	19	21	78
CONTRÁRIOS	59	09	09	05	82
ABSTENÇÃO	00	02	01	01	04

No âmbito da luta contra a EBSEH, si bem o centro é a luta política, informamos que houve uma importante vitória jurídica que foi a notícia da mudança da posição do desembargador do TRF sediado Em Recife – PE, que voltou atrás na sua decisão de suspender o processo seletivo para o HUAC.

José Irelanio Leite de Ataíde (Presidente ADUFCG)
Gonzalo A. Rojas (base ADUFCG)



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

11- ADUFERPE

Informes prestados por: Levy Paes Barreto

Os docentes da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) decidiram entrar em greve no dia 23 de maio do ano em curso, devido ao não atendimento da pauta local, relativa à precarização das condições de trabalho, protocolada na Reitoria da UFRPE desde o mês de setembro de 2013 e somente respondida em maio de 2014. Das 64 demandas apresentadas pelos docentes da UAST, 40 (62,5%) não foram atendidas, 14 foram parcialmente atendidas (21,8%), (7,8%) não foram sequer respondidas, e 5 (7,8%) foram atendidas. Dentre as demandas não atendidas estão: 1) A conclusão das obras paradas, uma delas corresponde ao prédio da biblioteca, que encontra-se paralisada a mais de seis anos; 2) Serviço de Internet de boa qualidade; 3) Restaurante Universitário; 4) Gabinetes adequados para os professores, pois uma das salas comporta 40 docentes; 5) Material de Informática; 6) Fornecimento de reagentes e vidrarias para os laboratórios e instalação de um kit mínimo de segurança, que incluía extintor de incêndio, lava-olhos e chuveiro em cada laboratório; 7) Eleição direta para o cargo de Diretor Administrativo. No dia 26 de maio, os estudantes da UAST também decretaram greve por tempo indeterminado. Na Assembleia realizada em 03 de junho os professores decidiram suspender a greve local com retorno das aulas em 09 de junho.

No dia 28 de maio, houve a Marcha da Educação em Recife, com participação da militância da FASUBRA, SINASEFE e ADUFERPE, a qual recebeu apoio de populares.

Na tarde do dia 03 de junho a ADUFERPE realizou uma importante assembleia em todos os campus da UFRPE, com a participação de 192 docentes, para discutir acerca das lutas que estão acontecendo no país e no estado, as demandas e as condições de trabalho para o conjunto dos/as docentes da UFRPE e os rebatimentos na organização da categoria na defesa de uma educação pública e de qualidade. A assembleia em Recife contou com um amplo quantitativo de pessoas, entre as quais também estavam presentes as representações do SINTUFEPE/UFRPE e DCE/UFRPE.

Uma série de discussões foram travadas durante a assembleia em Recife, Garanhuns e Serra Talhada. Ao final os/as professores/as da UFRPE deliberaram pelo indicativo de greve com data (10/06 ou 12/06), a ser definida na reunião do setor das federais (ANDES-SN) a ser realizada no dia 07/06 em Brasília.

Segue abaixo o resultado numérico por local de trabalho:

Recife:

1ª votação:

Favoráveis à manutenção do indicativo de greve: 50 pessoas

Contrários à manutenção do indicativo de greve: 43 pessoas

2ª votação:

Favoráveis ao Indicativo de Greve sem data: 66 pessoas

Favoráveis ao Indicativo de Greve com data (12/06): 23 pessoas

Abstenções: 01 pessoa



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Serra Talhada:

Votação única:

Favoráveis ao Indicativo de Greve com data (10/06): 59 pessoas

Abstenções: 05 pessoas

Garanhuns:

Votação única:

Favoráveis ao Indicativo de Greve com data (12/06): 17 pessoas

Contrários ao Indicativo de Greve com data (12/06): 17 pessoas

Abstenções: 04 pessoas

De tal modo que o total da votação nas três unidades acadêmicas resulta:

Favoráveis ao Indicativo de Greve sem data: 66 pessoas

Favoráveis ao Indicativo de Greve com data (10 ou 12/06): 99 pessoas

Contrários ao Indicativo de Greve com data (12/06): 17 pessoas

Abstenções: 10 pessoas

12- ADUFAL

Informes prestados por: Henrique Cahet

Na quarta-feira (04/06), houve assembleia geral convocada pela Adufal – seção sindical do Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (Andes SN), no Campus A. C. Simões, os professores da Ufal deliberaram pelo indicativo de greve. Assinaram o livro de presença da entidade 102 professores e na hora da votação foram computados 55 votos favoráveis, 18 contra e oito abstenções.

Durante a assembleia a diretoria informou que a ação ordinária ajuizada pela Adufal para garantir o direito de os docentes da Ufal perceberem férias e o respectivo adicional de 1/3 de sua remuneração quando estiverem afastados para participação em curso de qualificação profissional foi julgada procedente pelo juiz federal Aloysio Cavalcanti Lima, substituto da 13ª Vara Federal/AL; encaminhou a constituição de comissão para analisar minuta realizada pela reitoria sobre avaliação da promoção de titular; realizou esclarecimento e defesa da PEC 555/2006, alertou ainda sobre a necessidade da abertura de negociação desta matéria.

Das reivindicações locais - Na pauta local, os professores reivindicam à administração central da Ufal itens como laboratórios; salas de permanência; material didático pedagógico; tomada de providências para reverter as situações caóticas em que se encontram alguns campi e unidades acadêmicas; conclusões das obras de infraestrutura; carga horária que garanta o exercício das atividades acadêmicas, levando em conta os princípios de pesquisa, ensino e extensão que norteiam a universidade brasileira e garantia de afastamento dos docentes para qualificação, de acordo com a Lei em vigor. Cabe ainda destacar a deflagração da greve por parte dos alunos do campus Sertão da Ufal, em Santana do Ipanema - AL, que decidiram em AG realizada no interior, parar suas atividades até que sejam atendidas suas



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

reivindicações. A unidade de ensino, que funciona há mais de três anos, ainda não tem sede própria e realiza suas atividades no colégio Divino Mestre.

Na terça-feira (27/05) A Adufal, em parceria com a Sintufal, FSSO/Ufal, CRESS/Al, ABEn/AL e o Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais/PPGSS/Ufal, participou do seminário “A Privatização da Saúde: Ebserh e OSs” realizado nesta terça-feira (27), no auditório da Reitoria da Ufal, no Campus A. C. Simões pelo Fórum Alagoano em Defesa do SUS e contra a Privatização do qual a Adufal é integrante.

13- APUR

Informes prestados por: Antonio Eduardo Alves de Oliveira

Não houve assembleia nesta semana, mas reuniões sindicais nos centros. O calendário acadêmico continua suspenso por conta da ausência de matrículas.

Foi mantida nas reuniões a deliberação da última assembleia (21), quando 110 professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) aprovaram por ampla maioria o indicativo de greve sem data.

Aconteceu no dia 4/6 audiência com o Reitor para cobrar respostas da pauta local, e foi marcada uma assembleia para o dia 10/6 para deliberar sobre a deflagração da greve.

14- ADCAJ

Informes prestados por: Helga Maria Martins de Paula

Reunidos em Assembleia Geral na última terça-feira, 03 de junho de 2014, professoras, professores e estudantes (42 professoras/es e 56 alunos) discutiram e deliberaram a pauta proposta: 1. Informes; 2. Discussão de indicativo de greve dos docentes das IFES; 3.

Encaminhamentos.

A Assembleia teve início às 17h20min e término às 19h53min e a mesa diretiva teve como componentes as Professoras Carla Benitez Martins na presidência e Helga Maria Martins de Paula na Secretaria, ambas da Direção da AdCAJ - Seção Sindical.

Nos informes iniciais da mesa diretiva houve a contextualização das últimas semanas no âmbito local e nacional, com destaque para:

1. O adiamento da reunião do dia 21 de maio entre ANDES e o secretário do MEC Paulo Speller, a realização de atividade de mobilização (roda de conversa) em Jataí no mesmo dia 21 de maio (Dia Nacional de Paralisação dos docentes das IFES);
2. Breve relato da Assembleia Geral de Professores realizada no dia 27 de maio em Jataí, ressaltando a centralidade da paralisação de outros setores da Educação Federal (FASUBRA E SINASEFE) na pauta e discussão da Assembleia referida;
3. Menção das várias categorias que paralisam suas atividades Brasil a fora (professores estaduais, municipais, metroviários, policiais, entre outros);



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

4. Destaque ao indicativo de greve, de acordo com diretriz na agenda de mobilizações do ANDES-SN: pensar o cenário local e nos posicionarmos diante do indicativo: Indicativo como momento de reflexão sobre o significado conjuntural com consequência local da mobilização de setores da Educação e demais categorias;

5. Leitura das moções aprovadas na Assembleia anterior (de apoio aos estudantes presos em Goiânia e de repúdio às ações arbitrárias e violentas do Estado de Goiás);

6. Leitura da agenda de mobilização do ANDES com ênfase na reunião dos docentes das IFES no dia 07 de junho em Brasília Ainda a título de Informe, a Plenária ressaltou decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do reconhecimento do ANDES-SN como único representante legítimo dos docentes federais, o que possibilita, de maneira mais concreta, o questionamento da legitimidade do acordo assinado entre Governo Federal e Proifes em 2012.

Iniciada a discussão do ponto de pauta sobre o Indicativo de Greve, várias/os docentes e estudantes se manifestaram sobre:

1 - A continuidade da discussão sobre o efeito da greve nacional dos técnico-administrativos e os efeitos da mesma, sentidos na UFG/Regional Jataí - a continuidade das atividades independente da paralisação dos técnico-administrativos gerará, em momento próximo, a inviabilidade dos encaminhamentos administrativos institucionais;

2 - A inviabilidade da institucionalização da luta o resgaste histórico das conquistas políticas e na esfera organizativa dos docentes em Jataí com a greve de 2012 e a necessidade da construção coletiva, respaldada na consciência histórica (luta dos professores da Fundação Educacional de Jataí até o contexto da Universidade após os projetos Expansão e REUNI);

3 - A construção de um senso de categoria com posicionamentos claros e objetivos de um projeto de educação e sociedade; buscar sintonia entre esferas nacional e local (nacional como construção das demandas das bases locais) e consolidação de mobilização dos professores com destaque ao compartilhamento das questões locais com outras localidades (especialmente

campi do interior) e, pautando as ações de mobilização, os quatro eixos que consolidam as diretrizes reivindicatórias dos docentes (presente em documento protocolado junto ao MEC no mês de fevereiro do corrente ano): condições de trabalho, valorização da carreira docente, autonomia universitária e valorização salarial;

4 - A atual conjuntura nacional - Copa do Mundo e Eleições - foi analisada sob dois vieses:

4.1 - É necessário dar visibilidade, por meio da organização entre trabalhadores e estudantes, à atual postura de recrudescimento do Estado (legislação de exceção e criminalização de movimentos sociais) e à mitigação de direitos sociais arduamente conquistados, com ênfase na oportunidade de aproveitar os holofotes midiáticos nacionais e internacionais para mostrar o Brasil como um país preocupado com a Educação;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

4.2 - Não teremos visibilidade com uma greve e precisamos pensar em outros instrumentos de mobilização que reflitam as especificidades apenas sentidas localmente (Jataí). A paralisação dos processos seletivos vestibulares foi aventada como uma possibilidade de instrumento de mobilização. A visão dos estudantes também foi pontuada por falas que trouxeram que a ausência de condições de trabalho e estudo e Jataí estão vinculadas a uma conjuntura de precariedade da educação brasileira e que a greve é um importante instrumento de luta, e que devemos ter em pauta a construção de uma greve geral, com a classe trabalhadora e estudantes juntos, sem cair nas armadilhas do corporativismo. Após ampla análise conjuntural, esclarecimentos solicitados pela Plenária à Mesa Diretiva e debate acerca do ponto de pauta proposto (Discussão de indicativo de greve dos docentes das IFES), foram feitos os seguintes encaminhamentos (com abertura de defesas e esclarecimentos):

5 - Proposta 1: Nova Assembleia na próxima semana com construção de pauta de ações a depender das deliberações da reunião dos docentes das IFES do dia 07 de junho, com o indicativo de greve a ser apreciado em Assembleia mencionada: 14 (catorze) votos favoráveis;

6 - Proposta 2: Indicativo de greve sem data definida e deflagração do estado de greve: 20 (vinte) votos favoráveis.

Foi solicitado e aprovado o encaminhamento de votação simbólica dos estudantes presentes: Proposta 1: 7 (sete) favoráveis, Proposta 2: 29 (vinte e nove) favoráveis e abstenção: 1 (uma).

Também foram aprovados os seguintes encaminhamentos propostos pela Plenária:

- Nova Assembleia em 10 de junho de 2014, terça-feira (unanimidade), às 17 horas 16 (dezesseis) votos favoráveis e 1(uma) abstenção;

- Colocar como ponto de pauta da próxima assembleia como estratégia de mobilização a discussão acerca da paralisação na realização das matrículas, dentre outras estratégias de ação com 18 (dezoito) favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção;

- Representação dos docentes da UFG-Regional Jataí na reunião dos docentes das IFES dia 07 de junho em Brasília: além de representação de membro da direção da AdCAJ, retirada de nome da Plenária. Aprovado por unanimidade o nome da Professora Ashjan Sadique Adi do Curso de Psicologia.

A Assembleia Geral foi encerrada às 19h53min.

15- SESDUFT

Informes prestados por: Fernando de Melo Martins.

A Assembleia Geral foi realizada no dia 6/6/2014 foi indicado o nome do prof. Paulo Fernando de Melo Martins como seu representante na reunião do Setor faz IFES na sede do ANDES-SN. A decisão da SESDUFT foi manter o voto contrário à retomada da greve, com a seguinte votação: 12 votos a favor, 2 votos contrários e 6 abstenções.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

16- ADUFDOURADOS

Informes prestados por: Jones D. Goettert.

- Assembleia geral extraordinária: 4 de junho de 2014, com pauta única: “Proposta de greve nacional dos docentes das IFE, “data de deflagração da greve”; e encaminhamentos”.

Deliberação: 92 filiados presentes; zero votos a favor da greve, 88 votos contra a greve, e 4 abstenções.

Encaminhamento: nova convocação sobre greve apenas se surgir uma questão extraordinária sobre tal; assembleias pautando questões como plano de carreira e valorização salarial.

17- ADLESTE

Informes prestados por: Vitor Wagner Oliveira.

Não houve AG.

Próxima AG marcada para 10/06

18- ADUFU

Informes prestados por: Jorgetania da Silva.

Data da assembleia: 05 de junho/2014

Número de participantes: 110

Deliberação:

- Rejeição do indicativo de greve, com 4 votos favoráveis a greve e 4 abstenções.

- Assembleia aprovou levar para a reunião do Setor das Federais moção de repúdio a CAPES pela negação do Materialismo Histórico Dialético como metodologia científica.

Outras informações:

- Pauta local está mobilizando os/as docentes por uma questão que diz respeito a pauta nacional (restrições orçamentárias) e a forma como a UFU está lidando com a situação (nova matriz orçamentária) que traz diversos comprometimentos ao ensino, a pesquisa, extensão.

- Campus do Pontal fará paralisação no dia 10 de junho em função das condições de trabalho, especialmente uma nova matriz orçamentária.

19- APESJF

Informes prestados por: Amanda Chaves Pinheiro, Marcos Vinícius Leite e Paulo César de Souza Ignácio.

1. A Assembleia Geral foi realizada no dia 04/06 e teve a participação de 60 docentes. A diretoria da APESJF encaminhou a proposta de aprovar um indicativo de greve sem data. A proposta foi rejeitada por 30 a 25 votos, com uma abstenção;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

2. A UFJF está em processo sucessório para Reitor. Existem 3 chapas inscritas. O 1º turno da eleição vai ocorrer nos próximos dias 09 e 10. O 2º turno, se ocorrer, será nos dias 24 e 25/06;
3. No IF Sudeste MG os docentes estarão de férias entre os dias 12/06 e 11/07.

20- ASPUV

Informes prestados por: Fernando Pinheiro Reis

- Para avaliar o atual momento como impróprio para uma greve, a ASPUV não aderiu à paralisação de 21 de maio. Também não houve Assembleia para discutir o indicativo de greve.

- Em reunião, a diretoria propôs estabelecer estratégias, no sentido de discutir a pauta local com os professores e, posteriormente, encaminhar o material à Reitoria.

- Na última semana do mês de maio, dada a dificuldade de quórum para Uma Assembleia, foi solicitado aos professores que respondessem a uma enquete por email, com a seguinte pergunta “Você é a favor de uma greve neste momento?” Resultado final da enquete:

Sim: 17 votos – 11,1%; Não: 133 votos – 86,92% sem opinião : 3 votos – 1,96%

21- ADUFLA

Informes prestados por: José Tarcísio Lima

Assembleia da Adufla SS, realizada em 29/5/14, com 22 participantes, se posicionou unanimemente contrária à participação na greve indicada pelo setor da IFES, por entender que não há condições locais no momento para enfrentar uma greve. Mas reconhece que nem a carreira docente, nem os salários são satisfatórios. A assembleia vê com acentuada preocupação a condição dos docentes em início de carreira.

A assembleia também deliberou por unanimidade por pedir esclarecimentos ao Andes sobre a aprovação do indicativo de greve pelo setor da IFES com base em decisão de minoria de Seções Sindicais.

Manifestações no campus acenam para a possibilidade de movimento mais forte em 2015, com as forças acumuladas até lá.

22- ADUFOP

Informes prestados por: Luís A. R. Seixas

Data da AG: 5/6/2014

No de Participantes: 204

Deliberações:

Em votação específica realizada na AG de 5 de junho de 2014, com a presença de 204 assinaturas no livro de presença, com 9 (nove) votos favoráveis e 5 (cinco) abstenções, foi rejeitado o indicativo de greve.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

23- ADUFS

Informes prestados por: Jailton de Jesus Costa

Na Assembleia Geral ocorrida no dia 03 de junho de 2014, 201 professores votaram pela deflagração da greve, sendo 130 favoráveis, 70 contrários e 1 abstenção.

Estiveram presentes na AG 253 docentes, assinando o livro de presença.

Os docentes da UFS estão em intensa mobilização desde o início do semestre letivo em abril de 2014. Ocorreram paralisações no CODAP e nos Campi de Lagarto e Laranjeiras, o que desvelou o reconhecimento das precárias condições de funcionamento desta IFE. A indignação crescente somente piorou com a notícia da criação de um novo Campus. A conjuntura que se desenhou levou os docentes à greve por tempo indeterminado.

No momento da deflagração, dois campi já estavam paralisados (Lagarto por Greve Docente e Estudantil e Laranjeiras por uma decisão unilateral da Reitoria motivada por questões de falta de segurança).

24- ADUFRJ

Informes prestados por: Cláudio Rezende Ribeiro

AG ocorreu dia 04/06 com 55 presentes.

O encaminhamento dado pelo Conselho de Representantes e pela Diretoria de que não havia condições dadas no momento para deflagrar greve na UFRJ foi aprovado por ampla maioria, houve 1 voto a favor de deflagração de greve a partir do dia 09/06.

25- ADUNIRIO

Informes prestados por: Carlos Alberto Boechat Rangel

Assembleia realizada dia 04 de junho

44 presentes

Deliberações

1. Construção de uma carta pedindo negociação aos moldes da carta do andes, sinasefe etc. Para ser amplamente divulgada

2. Pedir a convocação de sessão conjunta dos conselhos superiores para discutir as condições de início do próximo semestre.

3. Contrariedade a manutenção do indicativo de greve por 18 a 16 e 8 abstenções.

Estamos enfrentando imposição da reitoria de que os professores façam o trabalho dos técnicos, diante disso divulgamos a seguinte nota técnica

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014

Nota Técnica da Assessoria Jurídica da Adunirio

A diretoria da ADUNIRIO informa aos seus associados que, em reunião ocorrida na manhã de hoje entre a PROGRAD, Diretores de Escola e Coordenadores de Curso, os docentes que desempenham estas atividades foram instados pela Administração da UNIRIO a exercerem atividades dos servidores técnicos administrativos, que se encontram em greve.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Várias as atividades da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação estão sendo atribuídas aos docentes, porém foi especificada com ênfase a determinação de que os docentes na próxima semana, entre os dias 09 e 13 de junho de 2014, deverão realizar o ato de matrícula dos ingressantes do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Tais atividades de matrícula são típicas de apoio ao ensino, especificadas na Carreira dos Técnicos estruturada pela Lei 11.091/2005, diversas das atribuições do Magistério Federal estabelecidas pela Lei 12.772/12, conforme observa-se abaixo:

Das Atividades das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal

Art. 2º São atividades das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal aquelas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além daquelas previstas em legislação específica.

§ 1º A Carreira de Magistério Superior destina-se a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior.

§ 2º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico destina-se a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação básica e da educação profissional e tecnológica, conforme disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

§ 3º Os Cargos Isolados de provimento efetivo objetivam contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de competências e alcance da excelência no ensino e na pesquisa nas Instituições Federais de Ensino - IFE.

Das Atribuições Gerais dos Cargos Estruturados na da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

§ 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.

§ 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Observando as descrições das atividades e atribuições de ambas as carreiras temos claramente que a atividade de matrícula do corpo discente é de característica administrativa e de apoio ao ensino.

Ato da Administração de atribuir funções outras aos docentes, resulta em colocar o docente nitidamente em desvio de função, o que configura uma irregularidade, pois esse procedimento vai de encontro ao disposto no art. 117, inciso XVII, da Lei nº 8.112/90, a saber:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

(...)

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

(...)

É dever de todos os servidores, inclusive o docente observar normas legais e regulamentares, inclusive cumprir ordens de superiores, mas nunca se essas forem manifestamente ilegais.

Art. 116. São deveres do servidor:

(...)

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

(...)

Diante de tais apertados fundamentos, é legítima a recusa dos docentes da UNIRIO de, na próxima semana, entre os dias 09 e 13 de junho de 2014, recusarem a exercer atividades que não são da Carreira Docente do Magistério Federal, pois são ordens manifestadamente ilegais.

Por fim, se do ponto de vista legal tal imposição ou determinação é ilegal, considerando que a atividade de matrícula dos ingressantes do SISU não é atribuição da Carreira Docente do Magistério Federal, conforme leitura do art. 2º da Lei 12.772/12, do ponto de vista moral e ético tal ordem também é questionável, pois se está querendo com tal determinação a supressão de atividades de colegas servidores no exercício constitucional do direito à greve. Os técnicos estão em greve e nenhuma postura foi tomada pelo Governo Federal para negociar o fim da greve ou há qualquer decisão judicial que a julgue ilegal, portanto deve a Administração assumir o ônus pela omissão diante de legítimo movimento paredista e não empurrá-lo à categoria docente. Essa é a nossa breve nota, solicitada nesta tarde de sexta-feira, dia 06 de junho de 2014.

26- ADCEFET-RJ

Informes prestados por: Alberto Jorge Silva de Lima

Data da Assembleia Geral: 05/06/2014

Número de Participantes: 60



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Deliberações: Os(as) professores(as) do CEFET/RJ, reunidos na 145ª Assembleia Geral Extraordinária da ADCEFET-RJ Seção Sindical, realizada às 10h do dia 05 de junho de 2014 (5ª feira), no Auditório II do *campus* Maracanã do CEFET/RJ, deliberaram, por ampla maioria, por não aprovar o indicativo de greve para junho, tal como encaminhado pelo Setor das IFES do ANDES-Sindicato Nacional. O quadro de votação deste ponto específico foi de 1 voto favorável à greve em junho, 49 contrários e 10 abstenções.

Outras Informações: A avaliação predominante nas falas, durante a assembleia, indicou a dificuldade em mobilizar a categoria para uma greve neste mês de junho, por conta, principalmente, do esvaziamento decorrente do calendário escolar do CEFET/RJ, que já se encontra em seu final, e da proximidade do recesso escolar.

À despeito desse resultado, a maior parte das falas na assembleia reconheceu a pertinência e a legitimidade das pautas de reivindicações (nacional e local) e da greve como instrumento de luta histórico da classe trabalhadora. Sendo assim, reafirmamos a opção pela mobilização permanente, no sentido de continuar a luta por melhores salários, melhores condições de trabalho e pela garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada e para todos(as). Permanentemente mobilizados, manteremos a necessária unidade para a luta contra os projetos que visam destruir a educação pública e poderemos reavaliar a construção da greve como estratégia desta luta.

Portanto, convocamos, ao final da assembleia, todos(as) os(as) professores(as) do CEFET/RJ a assumirem seu dever histórico, através da participação nas atividades que se aproximam, neste e no semestre seguinte, tais como:

- (1) a mobilização em torno das lutas de nosso sindicato, o ANDES-SN;
- (2) os atos de denúncia aos gastos com a Copa do Mundo, em detrimento do investimento público em serviços públicos de qualidade;
- (3) o [Encontro Nacional de Educação](#), que terá etapa preparatória no Rio, em 25 e 26 de julho, e já está recebendo contribuições ao Caderno de Textos;
- (4) as discussões em torno da Pauta Local de Reivindicações, no âmbito do CEFET/RJ, com destaque para as questões de recursos humanos (distribuição de vagas, critérios de progressão na carreira, etc.), democracia interna (discussão aberta e democrática do PDI, por exemplo) e infraestrutura (condições de trabalho, assistência estudantil, alimentação, etc).

27- ADUFF

Informes prestados por: Sônia Lucio

A assembleia se realizou no dia 5/6, com 119 assinaturas de professores no livro de presença. A avaliação da AG teve início após a apresentação de um texto elaborado pela diretoria, com uma breve análise de conjuntura, que tratou do ascenso da luta dos trabalhadores do país, com destaque para a luta da educação federal como um todo e



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

dos esforços empreendidos pela ADUFF e pelo ANDES-SN, no sentido de ampliar a mobilização da categoria para avaliar as nossas condições para se somar à greve. Além de reconhecermos a insatisfação da categoria com suas condições de trabalho, avaliamos a dificuldade de mobilização da categoria para a construção efetiva de uma greve na UFF, posto que o indicativo de greve foi derrotado em duas AG e entendemos que em face do calendário letivo que nos foi imposto, já que estamos a duas semanas para o término do semestre. Neste sentido, propusemos:

- Não acatar a indicação do setor das federais de greve com início em junho.
- Convocar a categoria para se manter apoiando à mobilização dos trabalhadores federais em greve e para participar para participar dos atos e manifestações do conjunto das categorias em luta.
- Participar no ato “Nossa Copa é na Rua”, que será realizado no dia 12 de junho, no Rio de Janeiro.
- Realização de uma próxima AG no dia 11 de junho, para avaliar a decisão do setor .

Ao final da discussão, deliberou –se :

- 1- não acatar a decisão de indicativo de greve para junho (proposta aprovada por absoluta maioria);
- 2- que não haja indicativo de greve até outubro de 2014 (favoráveis foram 46, contrários 43 e abstenções 12); Obs: a diretoria informou que, de acordo com o regimento da ADUFF, a convocação de AGs é uma prerrogativa da diretoria da ADUFF-S Sind.
- 3- Convocar o Conselho de Representantes para uma reunião em junho e realização de AG em agosto;
- 4- Não se votar convocações para atos em assembleias;
- 5- Apresentação de uma nota na reunião do setor das federais com o seguinte teor .

Nota da ADUFF, conforme deliberado e AG:

"A Assembleia Geral da ADUFF, em reunião no dia 05 de junho de 2014, avaliou que a abstenção da sua representação na votação acerca do indicativo de greve na reunião do setor das IFEs, ocorrida entre os dias 24 e 25 de maio, não foi fiel às decisões de assembleias anteriores que rejeitaram indicativos de greve."

Outro item;

A ADUFF participou de dois atos das categorias em luta, um no dia 21.05 e outro no dia 01.06.

28- ADUR-RJ

Informes prestados por: Heitor Fernandes M. Filho

Num. de participantes: 42

Deliberações:

INDICATIVO DE GREVE REJEITADO: 42 X 0

Encaminhamentos:



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- a-Fortalecer o comitê de mobilização (docentes discentes e técnicos Administrativos)
- b-Resgatar e atualizar a pauta de reivindicações
- c-Participar das manifestações do “Não vai ter Copa”

Outras informações: I COIREN – congresso indígena de 06 a 08 de junho, no Campus Seropédica. Número de parciais: mais de cem inscritos e cerca de quinze etnias (sul, sudeste, centro-oeste e norte), e com participação de quilombolas, caiçaras ...

Professor titular: este tema tem sido muito pontuado pelos docentes com indagações, reuniões e debates.

29- SINDUTF-PR

Informes prestados por: Ivo Pereira de Queiroz

A UTFPR definiu o calendário acadêmico de 2014 incorporando o cronograma da copa do mundo, com isso, a comunidade acadêmica terá 30 dias de férias (entre 12/06/2014 e 12/07/2014).

Quando a diretoria da SINDUTF-PR reuniu-se para planejar a execução dos encaminhamentos da última reunião do Setor das IFE, o calendário acadêmico da UTFPR emergiu como grave obstáculo, sugerindo questionamentos: como poderemos aprovar início de greve para o período das nossas férias? Como mobilizar uma comunidade em férias?

As inquietações acima reapareceram durante o período de construção da assembleia que aconteceu em 05/06/2014, tendo como ponto central da pauta o item “Definir data de início da greve. Compareceram 59 docentes. Durante o debate, o plenário apresentou o seguinte encaminhamento: MANUTENÇÃO DO INDICATIVO DE GREVE SEM DATA, COM PROJEÇÃO DA PRÓXIMA ASSEMBLEIA PARA O MOMENTO POSTERIOR ÀS FÉRIAS. Submetido à votação, o resultado foi: 52 VOTOS FAVORÁVEIS; 01 VOTO CONTRÁRIO; 03 ABSTENÇÕES.

Temos observado que as/os filiadas/os demonstram confiança na diretoria nacional do nosso sindicato, reconhecendo que ela trabalha com seriedade e se empenha na defesa dos direitos da categoria. O governo tem sido o responsável por enrolações e intransigência

30- SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC

Informes prestados por: Bartira C. S. Grandi

AG: 5/6/2014

Assembleia chamada para todos os professores da UFSC. Não houve deliberação. Participação na organização de Seminários contra a Criminalização do Movimento Social ocorreu no dia 6 de junho, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Seção Sindical estava na mesa coordenadora. Organização de uma das etapas do Encontro Nacional de Educação de SC e PR ocorrerá na primeira quinzena de julho, em Florianópolis.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

31- ADUFPEL

Informes prestados por: Henrique Andrade Furtado e Daniela S. Hoffmann

Última AG: 04-06-14

119 assinaturas na lista de presenças.

Votação do indicativo de greve para junho derrotado por ampla maioria.

Sem outros encaminhamentos aprovados

Na AG anterior aprovamos participação da ADUFPEL no “Fórum em Defesa de uma Estatuinte Democrática e Soberana”, em conjunto com técnicos-administrativos e discentes em contraponto à reitoria que procura encaminhar o processo por dentro do CONSUN.

32- APUFPR

Informes prestados por: Adriana Hessel

*Não houve Assembleia no mês de maio.

* EBSEH: Comunidade da UFPR barra privatização do HC em sessão do Conselho Universitário (COUN).

O Conselho Universitário (COUN) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), marcado para dia 04\06 às 9 h na sala do Conselho, com pauta que pretendia definir sobre a adesão do Hospital de Clínicas (HC) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), foi desmarcado pela reitoria alegando falta de segurança aos conselheiros e informando que manifestantes obstruíam a entrada dos conselheiros. Os conselheiros foram informados que a sessão ocorreria no período da tarde em um local a definir. Com menos de uma hora de antecedência, a sessão foi transferida para a sede da Procuradoria Geral da República (PGR) às 14 h. A justificativa apresentada pela Administração da UFPR, para transferir a sessão do COUN (normalmente realizado na Sala dos Conselhos, na Reitoria) para o prédio da Procuradoria, foi a preservação da integridade física dos 63 conselheiros que integram o COUN. Esta transferência de local e sob esta alegação foi considerada sem fundamento pelos conselheiros. A comunidade universitária e a população em geral, reunida no pátio da Reitoria, somente protestavam em defesa da manutenção do HC tal como foi fundado, em 1961, como hospital-escola, voltado ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão da UFPR. Após pedidos para que a sessão não fosse realizada naquele local e sem ampla discussão, sem sucesso, 17 conselheiros - três docentes, cinco técnicos administrativos e nove estudantes deixaram a sala. A saída desses conselheiros inviabilizou a sessão, já que não houve quórum mínimo necessário, mesmo com a presença de 45 conselheiros, que já haviam entrado no prédio antes do início do protesto da comunidade universitária. Nova sessão do Conselho Universitário já foi agendada para dia 09\06 em um local a definir.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

RETIFICAÇÃO DO INFORME DA APUB NA REUNIÃO DO SETOR DO SETOR DAS IFES REALIZADA EM BRASÍLIA, NOS DIAS 24 E 25 DE MAIO DE 2014

- Informe APUB UFBA

Informes prestados por: Elza Peixoto

1. Realizamos assembleias todas as semanas do mês de maio,
2. Não houve espaço para pautar a greve,
3. Na assembleia de 07/05 aprovamos a paralisação para 21/05 e nova assembleia para 14/05. Na assembleia de 14/05 a decisão foi revertida de paralisação para mobilização, mantendo-se o alinhamento a nacional,
4. No dia 21/05 ocorreu um dia de mobilização com um debate sobre carreira e salário com Maria Malta do GT de Carreira da UFRJ.
5. Conseguimos realizar a eleição do ANDES na UFBA, obtendo 130 votos, sendo 122 na chapa 1. A participação na eleição praticamente dobrou em relação a 2012.
6. A participação nas assembleias e atividades está entre 30 e 50 pessoas.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO 3
MOÇÕES

1 - MOÇÃO DE APOIO À LUTA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

Os docentes representantes de 39 Seções Sindicais presentes na Reunião do Setor das Federais do ANDES-SN, no dia 07/06, em Brasília-DF, manifestam seu apoio e integral solidariedade à luta das Universidades Estaduais Paulistas, que enfrentam o autoritarismo do governo Alckmin e das Reitorias e lutam por melhores condições salariais e de trabalho, reafirmando o caráter público da educação superior com autonomia e financiamento público. Exigimos imediata negociação.

2 - MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA UENF

Os docentes representantes de 39 Seções Sindicais presentes na Reunião do Setor das Federais do ANDES-SN, no dia 07/06, em Brasília-DF, manifestam seu apoio à greve dos trabalhadores da UENF que lutam por melhores condições de salário e trabalho. Exigimos que o governo do Estado do Rio de Janeiro assumira o envio de mensagem para a ALERJ que atenda a pauta de reivindicações do movimento grevista.

3 - Moção de Repúdio a Capes pela negação do materialismo histórico dialético como metodologia de pesquisa

O Setor das Federais do ANDES-SN, reunido no dia 07 de junho de 2014 repudia o ocorrido no Edital Procad 071/2013, da CAPES em que a subscrição pela CAPES de um parecer de mérito sem substância, preconceituoso e ideológico, questionando uma opção teórica-metodológica já denunciado por pesquisadores da UnB, UERJ e UFRN da área de Serviço Social.

Consideramos inaceitável que um projeto seja rejeitado por razões ideológicas, assim como o baixíssimo número de projetos das Ciências Humanas e Sociais aprovados.

Consideramos que a liberdade de expressão, de pensamento e decisão teórico-metodológica e autonomia científica na atividade de pesquisa são fundamentais e constituem conquista da democracia.

Neste sentido nos solidarizamos com os professores discriminados, rejeitamos qualquer patrulhamento ideológico e repudiamos a subscrição da CAPES deste parecer antidemocrático e anticientífico.

Brasília, 7 de junho de 2014